

HISTÓRIA

PAUL VILLAUME E ODD ARNE WESTAD (ORG.), PERFORATING THE IRON CURTAIN. EUROPEAN DÉTENTE, TRANSATLANTIC RELATIONS AND THE COLD WAR, 1965-1985

Copenhaga, Museum Tusulanum Press, 2010, 272 pp.

Com o final da Guerra Fria e a abertura dos arquivos da Europa de Leste, a historiografia do conflito bipolar alargou-se e enriqueceu-se. A obra em apreço é um dos exemplos disso mesmo, e resulta de uma conferência realizada em finais de 2007, na Universidade de Copenhaga. Os organizadores são dois dos maiores vultos da historiografia da Guerra Fria, e cada um dos autores dos nove capítulos baseia o seu trabalho em arquivos recentemente abertos e, por isso mesmo, pouco explorados. O volume conta ainda com um ensaio de Wilfried Loth, um dos mais importantes historiadores da Guerra Fria, que problematiza a Guerra Fria e a forma como acabou; e de um anexo, que é o testemunho de Skjold Mellbin, diplomata dinamarquês que chefiou a delegação da Dinamarca às diferentes cimeiras da Conferência de Cooperação e Segurança Euro-

peia (CSCE) – as cimeiras preparatórias, a assinatura da Acta Final em Helsínquia em 1975, e as cimeiras de *follow-up* entre 1977 e 1992.

O livro contém dois tipos de análises: os quatro primeiros capítulos estruturam a sua análise num país específico, ou na relação entre dois países. As reacções da República Democrática da Alemanha (a cargo de Oliver Bange) e da Polónia (por Wanda Jarzabek) às iniciativas de aproximação ao Leste durante os governos de Willy Brandt (1969-1974); a «cooperação forçada» entre Nixon e Brandt (analisada por Giovanni Bernadini) ou a apreciação da sobrevivência da estratégia de transformação de Richard Nixon (assinado por Stephan Kieninger) constituem este primeiro conjunto. O segundo conjunto de capítulos foca-se essencialmente numa dimensão transnacional da história deste período. Ângela Romano analisa a Cooperação Política Europeia que teve como principal objectivo a criação da *détente* na Europa. Por seu lado, Thomas Fischer analisa o papel dos países N+N (neutrais + não-alinhados) no processo da CSCE. Sarah Snyder foca-se na Rede de Helsín-

quia e na sua importância para a Europa de Leste; Gregory Domber analisa a questão dos direitos humanos nas relações transatlânticas e como elemento de *power politics* e, finalmente, Bent Boel debruça-se sobre o apoio francês à dissidência da Europa de Leste, de 1968 a 1989.

Pela diversidade de tópicos tratados, este volume destaca-se, especialmente por apresentar elementos novos na análise de cada um destes assuntos. Porém, o magnífico ensaio de Wilfried Loth vale, por si só, a leitura dos restantes estudos de caso.

MATTHIAS SCHULZ E THOMAS A. SCHWARTZ (ORG.), THE STRAINED ALLIANCE. U.S. – EUROPEAN RELATIONS FROM NIXON TO CARTER

Washington, German Historical Institute and Cambridge University Press, 2010, 382 pp.

Pela leitura do índice deste volume compreendemos que existiram quatro grandes tópicos que marcaram as relações transatlânticas entre 1969 e 1981 – período que medeia as presidências americanas de Richard Nixon e Jimmy Carter. O primeiro tema é a incontornável *Ostpolitik* alemã e as suas consequências para a relação entre os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha, em particular no que respeita ao debate sobre a liderança americana no bloco ocidental. As reacções da Administração Nixon/Kissinger à aproximação ao Leste por parte do Governo de Willy Brandt são analisadas na vertente bilateral (por D. Niedhart), na dimensão mais ampla das relações germano-americanas, nomeadamente ao ter em conta a dimensão da realidade política interna

alemã. Ronald Granieri analisa este período do ponto de vista da oposição democrata-cristã e a sua fé quase inabalável no aliado americano.

O ponto seguinte centra-se no relançamento da construção europeia e no falhanço do sistema monetário transatlântico. A entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Económica Europeia e o fim do sistema de Bretton Woods faz-nos reflectir sobre o impacto do aprofundamento da integração europeia e sobre as crises do atlanticismo. Nos quatro artigos que compõem esta parte, a Grã-Bretanha e a sua relação especial com os Estados Unidos constituem uma linha constante.

A primeira metade da década de 1970 é analisada com base na iniciativa de Henry Kissinger de designar o ano de 1973 como o «Ano da Europa», o que provocou reacções adversas da parte dos europeus. Com esta iniciativa, Kissinger parecia querer remetê-los para uma posição meramente regional, sublinhando assim a supremacia americana. Porém, através dos artigos da terceira parte do livro, percebemos que a iniciativa de Kissinger acabou por ser benéfica para a consolidação da cooperação política europeia, inclusive no tocante ao reforço da relação transatlântica.

O último tema analisado retrata o final da década de 1970 e o fim da *détente*. Tal como a primeira parte deste volume, estes artigos acabam por se centrar na posição da Alemanha Federal (em especial no papel do chanceler Helmut Schmidt) no quadro da Europa e as suas consequências para as relações transatlânticas, em particular as decisões estratégicas da NATO e a decisão *dual-track*.

É um livro que nos ajuda a compreender melhor os anos da *détente* e do seu declínio, do ponto de vista das relações transatlânticas. Tal como a maior parte das obras publicadas nos últimos anos, a grande mais-valia deste volume é o recurso a fontes primárias recentemente disponibilizadas, trabalhadas eficientemente por jovens investigadores.

MARIO DEL PERO, THE ECCENTRIC REALIST. HENRY KISSINGER AND THE SHAPING OF AMERICAN FOREIGN POLICY
Ithaca, Cornell University Press, 2010, 193 pp.

Este estudo debruça-se sobre a influência de Henry Kissinger na política externa americana. Como tal, e apesar da voz de Kissinger se fazer ouvir até aos dias de hoje, o seu período cronológico é a década de 1970.

Kissinger é frequentemente apontado como um homem do seu tempo e é impossível dissociar o diplomata americano do contexto em que desenvolveu a sua actividade, quer ao nível interno quer externo. E por isso mesmo o livro começa com um capítulo de contextualização da posição americana desde o final da II Guerra Mundial e a origem da estratégia de *containment*, acompanhando sempre de perto o debate interno acerca das questões internacionais e o desenvolvimento da Guerra Fria. É neste contexto que se insere Kissinger e o que o autor chama de «kissingerianismo». Para compreendermos melhor as características do diplomata, Mario del Pero faz uma breve biografia de Kissinger, onde dissecar a sua carreira académica e profissional antes

de ingressar no meio político de Washington. Para Pero, são quatro as características base do «kissingerianismo»: a ênfase nos limites; a crítica da burocracia; a hostilidade perante o liberalismo da Guerra Fria e o relativismo da cultura realista; e, por fim, o primado da estabilidade e da legitimidade no sistema internacional.

Descritas as características base do «kissingerianismo», Mario del Pero passa para a análise do «kissingerianismo» em acção, ou seja, o modo como Henry Kissinger conduziu e cunhou a política externa americana na década de 1970. No fundo, a marca fundamental deste período na Guerra Fria é a *détente* e é nisso que se foca Del Pero. A *détente*, para Henry Kissinger, era acima de tudo uma estratégia bipolar, quer na leitura que fazia do sistema internacional quer nos objectivos que defendia (p. 87). Daí se compreende a teoria da interdependência entre os dois actores – Estados Unidos e URSS – e a dificuldade que Kissinger teve em lidar com as tentativas de criação de terceiras potências, em particular no caso da ascensão da Alemanha Federal/Europa Ocidental.

Com o declínio da *détente* surge também o declínio de Henry Kissinger. Mario del Pero argumenta que esse declínio se deveu, sobretudo, ao aumento do criticismo interno à política externa americana e ao homem que a conduzia. Não procurando ser uma biografia exaustiva sobre Kissinger, a leitura que Mario del Pero dá à política externa «kissingeriana» torna este livro uma fonte indispensável para quem trabalha o período da *détente*.

JEFFREY ENGEL (ED.), THE FALL OF BERLIN WALL. THE REVOLUTIONARY LEGACY OF 1989

Oxford, Oxford University Press, 2009, 186 pp.

A história da queda do Muro de Berlim é, geralmente, contada tendo como personagens principais as massas populares que se revoltaram, pacificamente, contra os regimes autoritários da Europa de Leste. Porém, o que este magnífico conjunto de ensaios, coordenado por Jeffrey Engel, procura transmitir é a perspectiva dos líderes, das elites no poder, não só durante o desenrolar dos acontecimentos, mas também nas décadas seguintes, tendo em conta o impacto desses acontecimentos nos papéis que esses líderes vieram a desempenhar – a herança de 1989.

O volume é composto por quatro ensaios, cada um dedicado a um centro de poder da Guerra Fria. James Sheehan foca-se no conceito de Europa, enquanto «uma ideia, uma aspiração e um exemplo histórico», argumentando que a evolução desse conceito foi determinante para o fim da Guerra Fria, muito mais do que a acção individual de qualquer um dos seus líderes. Svetlana Savranskaya e William Taubman concentram-se na União Soviética e na política seguida por Michael Gorbachev para tentar aprofundar as razões que levaram Gorbachev a permitir a evolução da situação na Europa Central e a reunificação alemã. Sucintamente, a conclusão a que chegam é que Gorbachev estava a braços com a

situação interna da URSS, por um lado, e que, por outro, o líder soviético tinha acreditado excessivamente nas promessas feitas pelos líderes ocidentais acerca do futuro da URSS no sistema internacional. A situação na China é analisada por Chen Jian. Observador interessado e atento da situação na Europa de Leste, Deng Xiaoping decidiu reprimir as manifestações de estudantes e impedir qualquer tipo de oposição ao regime comunista chinês. Simultaneamente, o criticismo internacional que se seguiu ao massacre fez com que Gorbachev se convencesse ainda mais de que a violência não era a solução para os seus problemas. Por fim, o papel de 1989 nos Estados Unidos é analisado por Melvyn Leffler. O artigo de Leffler foca-se no período após a queda do Muro e no uso que foi dado, pelas sucessivas administrações americanas, à herança da Guerra Fria. Ao invés de George Bush (pai) e de Bill Clinton, que retiveram como principal lição da Guerra Fria o uso moderado da força, Leffler argumenta que George W. Bush (filho), reteve uma imagem muito distinta da vitória americana no conflito bipolar, usando a retórica da Guerra Fria para justificar as suas acções no Iraque e no Afeganistão.

Apesar de ser composto por quatro ensaios distintos, este volume realça acima de tudo a interligação dos acontecimentos de 1989 e a permanência da herança da Guerra Fria no século XXI.

■ ANA MÓNICA FONSECA